

SIMULADO



8 PONTOS EM 8 HORAS

O cronograma de Ética para você acertar 8 pontos



ESTUDARPARAOAB.COM.BR

QUESTÃO 1

Aquino, advogado foi contratado para assumir a defesa de Francisco, o qual estava sendo acusado de tentativa de feminicídio por meio cruel, com o emprego de fogo e explosivo. O caso tomou grande repercussão na mídia, e dias após, Aquino renunciou alegando que diante da gravidade dos fatos, “não se sentia confortável” na defesa daquela pessoa. De acordo com a Lei 8906/94 e o Código de Ética e Disciplina, assinale a alternativa incorreta:

- a) É direito e dever do advogado assumir a defesa criminal, independentemente de sua própria opinião sobre a culpa do acusado.
- b) Não há causa criminal indigna de defesa, cumprindo ao advogado agir, como defensor, no sentido de que a todos seja concedido tratamento condizente com a dignidade da pessoa humana, sob a égide das garantias constitucionais.
- c) A renúncia ao patrocínio prescinde da menção do motivo que a determinou, fazendo cessar a responsabilidade profissional pelo acompanhamento da causa, uma vez decorrido o prazo previsto em lei (EAOAB, Art. 5º, § 3º).
- d) A renúncia ao mandato exime o advogado de responsabilidade por danos eventualmente causados ao cliente ou a terceiros.

QUESTÃO 2

A sociedade empresária com nome fantasia “Mercadinho Tudo de Bom” no início de suas atividades, precisou dos serviços da advogada Juliana a fim de que ela apusesse seu visto no ato constitutivo da pessoa jurídica, o qual foi efetivamente registrado no órgão competente. Anos após, um inimigo e concorrente da referida empresa, em demanda contra a mesma, decide contratar sociedade advocatícia da qual a advogada Juliana é sócia minoritária e dentre as teses levantadas, pretende ver anulado o ato constitutivo da parte adversa, sob a alegação de que o visto foi exercido por profissional impedido. Nos termos do Estatuto da Advocacia e da OAB, do Código de Ética e Disciplina e do Regulamento Geral da OAB, assinale a alternativa incorreta:

- a) Estão impedidos de exercer o ato de advocacia referido neste artigo os advogados que prestem serviços a órgãos ou entidades da Administração Pública direta ou indireta, da unidade federativa a que se vincule a Junta Comercial, ou a quaisquer repartições administrativas competentes para o mencionado registro.

- b) Juliana deve abster-se de patrocinar causa contrária à validade ou legitimidade de ato jurídico em cuja formação haja colaborado ou intervindo de qualquer maneira; por outro lado, inexistente impedimento da sociedade que integra já que não há conflito de interesses motivado por intervenção anterior no trato de assunto que se prenda ao patrocínio solicitado.
- c) Os atos e contratos constitutivos de pessoas jurídicas, sob pena de nulidade, só podem ser admitidos a registro, nos órgãos competentes, quando visados por advogados.
- d) O visto do advogado em atos constitutivos de pessoas jurídicas, indispensável ao registro e arquivamento nos órgãos competentes, deve resultar da efetiva constatação, pelo profissional que os examinar, de que os respectivos instrumentos preenchem as exigências legais pertinentes.

QUESTÃO 3

Os advogados João e Pedro pretendem se candidatar pela primeira vez a mandato eletivo na OAB. Para tanto, buscam informações sobre o processo eleitoral. Sobre o tema, é correto afirmar:

- a) A eleição dos membros de todos os órgãos da OAB será realizada na segunda quinzena do mês de novembro, do último ano do mandato, mediante cédula única e votação direta dos advogados e estagiários regularmente inscritos.
- b) O mandato em qualquer órgão da OAB é de quatro anos, iniciando-se em primeiro de janeiro do ano seguinte ao da eleição, salvo o Conselho Federal.
- c) Extingue-se o mandato automaticamente, antes do seu término, quando o titular sofrer qualquer condenação disciplinar.
- d) O candidato deve comprovar situação regular perante a OAB, não ocupar cargo exonerável ad nutum, não ter sido condenado por infração disciplinar, salvo reabilitação, e exercer efetivamente a profissão há mais de 3 (três) anos.

QUESTÃO 4

Frederico, advogado, durante a realização de um julgamento no Tribunal do Júri, discute fervorosamente com o Juiz Presidente o qual afirma aos gritos que Frederico não respeita a justiça, topa tudo por dinheiro, e que não se compadece da dor dos familiares da vítima que estão ali presentes. À luz das normas do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB, é correto afirmar:

- a) Será viável o desagravo do advogado apenas se houver requerimento pessoal ao Presidente da Seccional.
- b) Por se tratar de ofensa pessoal, o Relator deverá propor o arquivamento de eventual pedido de desagravo.
- c) O desagravo não depende de concordância de Frederico, que não pode dispensá-lo, devendo ser promovido a critério do Conselho.
- d) Os fatos devem avaliados com cautela, tendo em vista que discussões mais acaloradas são inerentes à tribuna do Júri, não sendo o caso de desagravo público.

QUESTÃO 5

Antônio, advogado muito experiente em direito empresarial, possui contrato com diversas sociedades empresárias. Tendo em vista sua larga prática exitosa, costuma fixar honorários contratuais acima daqueles estipulados na tabela elaborada pelo respectivo Conselho Seccional. Ademais, sempre leva em conta a condição econômica do cliente, cobrando valor maior daqueles que são mais abastados e daqueles que terão maior proveito resultante de seu serviço profissional. Sobre o assunto, assinale a resposta correta:

- a) Considerando que é vedada a divulgação de advocacia em conjunto com outra atividade, O contrato de prestação de serviços não poderá dispor sobre a forma de contratação de profissionais para serviços auxiliares.
- b) Além dos critérios mencionados, todos em linha com o código de ética, Antônio poderá ainda mensurar o valor dos honorários de acordo com o trabalho e o tempo a ser empregados, bem como o caráter da intervenção, conforme se trate de serviço a cliente eventual, frequente ou constante, respeitando, em qualquer caso, a moderação.
- c) A prática de Antônio infringe os ditames éticos sobre honorários advocatícios, uma vez que os honorários profissionais devem ser fixados com moderação e proporcionalidade ao trabalho a ser desenvolvido, independentemente da condição econômica do cliente.

d) Na hipótese da adoção de cláusula quota litis, os honorários devem ser necessariamente representados por pecúnia e, quando acrescidos dos honorários da sucumbência, poderão, eventualmente, ser superiores às vantagens advindas a favor do cliente

QUESTÃO 6

Sobre a disciplina do processo disciplinar perante à Ordem dos Advogados do Brasil, assinale a alternativa correta de acordo com a Lei 8906/94:

- a) Os processos disciplinares são, em regra, públicos, tendo em vista o interesse de toda a coletividade sobre o correto desenvolvimento da advocacia.
- b) Diante de lacuna legal nos processos disciplinares, devem ser aplicadas subsidiariamente as regras do processo civil.
- c) Todos os prazos necessários à manifestação de advogados, estagiários e terceiros, nos processos em geral da OAB, são de quinze dias, inclusive para interposição de recursos.
- d) A jurisdição disciplinar suspende a comum e, quando o fato constituir crime ou contravenção, somente deve ser comunicado às autoridades competentes quando da conclusão preliminar do julgamento.

QUESTÃO 7

O advogado Joel foi impedido de entrevistar seu cliente antes do interrogatório do mesmo para a lavratura do auto de prisão em flagrante, bem como impedido de acompanhá-lo no ato. Em entrevista à imprensa policial, o advogado relatou o caso porém o Delegado replicou afirmando que naquela delegacia ele era a Autoridade Máxima e seu trabalho era visando tão somente o interesse público e o bem da sociedade, enquanto que o advogado visava apenas dinheiro e iria orientar o seu cliente a silenciar diante das principais perguntas do interrogatório. Diante do contexto, marque a alternativa correta:

- a) O Delegado agiu amparado pela lei tendo em vista que a autoridade competente poderá delimitar o acesso do advogado aos elementos de prova relacionados a diligências em andamento e ainda não documentados nos autos, quando houver risco de comprometimento da eficiência, da eficácia ou da finalidade das diligências;
- b) Houve ofensa às prerrogativas do advogado cabendo ao Conselho Seccional promover o desagravo público, apenas se o ofendido requerer.

- c) Em eventual sessão de desagravo o Presidente do Conselho Seccional lê a nota a ser publicada na imprensa, encaminhada ao ofensor e às autoridades, e registrada nos assentamentos do inscrito e no Registro Nacional de Violações de Prerrogativas
- d) É direito do advogado assistir a seus clientes investigados durante a apuração de infrações, sendo a inobservância deste mandamento legal mera irregularidade sanável quando do interrogatório judicial.

QUESTÃO 8

Dayana, advogada foi aprovada em seleção de mestrado a ser cursado na Alemanha. Considerando que pretende residir fora durante o tempo de duração da pós-graduação, Dayana procura o Conselho Seccional para as providências necessárias quanto a sua inscrição. Nesse contexto, assinale a resposta correta:

- a) Dayana deverá requerer o cancelamento de sua inscrição já que ficará definitivamente incompatibilizado o exercício da advocacia no Brasil;
- b) Dayana deverá requerer o licenciamento de sua inscrição já que ficará temporariamente incompatibilizado o exercício da advocacia no Brasil;
- c) Dayana terá o direito à suspensão de prazos processuais quando for a única patrona da causa, desde que haja notificação por escrito ao cliente.
- d) Dayana poderá pedir o licenciamento de sua inscrição, se assim desejar, por motivo justificado.

QUESTÃO 9

Quanto à renúncia ao mandato e às relações com o cliente, assinale a alternativa correta conforme a Lei 8.906/94 (estatuto da advocacia) e o código de ética e disciplina da OAB:

- a) O advogado que renunciar ao mandato continuará, durante os dez dias seguintes à notificação da renúncia, a representar o mandante, ainda que seja substituído antes do término desse prazo.
- b) As relações entre advogado e cliente baseiam-se na confiança recíproca. Sentindo o advogado que essa confiança lhe falta, é recomendável que externar ao cliente sua impressão e, não se dissipando as dúvidas existentes, promova, em seguida, o substabelecimento do mandato ou a ele renuncie, cientificando o cliente e explicitando em juízo as razões que o levaram à renúncia, sob pena de caracterização de abandono processual.

- c) A renúncia ao mandato não exclui, durante os dez dias seguintes à respectiva notificação, a responsabilidade por danos eventualmente causados ao cliente ou a terceiros.
- d) Sobrevindo conflito de interesses entre seus constituintes e não conseguindo o advogado harmonizá-los, caber-lhe-á optar, com prudência e discricção, por um dos mandatos, renunciando aos demais, resguardado sempre o sigilo profissional.

QUESTÃO 10

Considere as seguintes situações: Rute, advogada, recém formada, se dirigiu ao cartório judicial e pediu acesso aos autos físicos de um processo em que se perquiria a paternidade de uma criança, o que lhe foi negado pelo estagiário da Vara, sob o argumento de aquele processo tramitava em sigilo e, por isso, ela precisaria estar habilitada nos autos. Raquel se dirigiu a uma delegacia de polícia, onde requereu acesso a inquérito policial que lá tramitava, o que lhe foi deferido em parte, tendo a Autoridade Policial negado acesso a documentos relativos a diligências ainda pendentes de conclusão e autorizado a vista de elementos já documentados. Assim, marque a alternativa incorreta sobre as prerrogativas dos advogados:

- a) O direito de vista foi corretamente negado à Rute, sendo imprescindível para o seu exercício fazer a prova do respectivo mandato.
- b) No caso de Raquel, a negativa de amplo acesso aos autos investigativos constitui crime de abuso de autoridade, uma vez que é direito do advogado examinar, em qualquer instituição responsável por conduzir investigação, mesmo sem procuração, autos de flagrante e de investigações de qualquer natureza, findos ou em andamento, ainda que conclusos à autoridade, podendo copiar peças e tomar apontamentos, em meio físico ou digital;
- c) A prerrogativa de retirar os autos do cartório judicial pelos prazos legais pode ser negada ao advogado quando neles existirem documentos originais de difícil restauração ou ocorrer circunstância relevante que justifique a permanência dos autos no cartório, secretaria ou repartição, reconhecida pela autoridade em despacho motivado;
- d) A recusa da Autoridade Policial ao pedido de Raquel foi legítima uma vez que a autoridade competente poderá delimitar o acesso do advogado aos elementos de prova relacionados a diligências em andamento e ainda não documentados nos autos, quando houver risco de comprometimento da eficiência, da eficácia ou da finalidade das diligências.

QUESTÃO 11

Considere João, Pedro e Antônio. João é advogado e foi eleito vereador. Durante o mandato no Legislativo, continuou exercendo a advocacia e defendeu um cliente de longa data em ação movida pelo Fisco Estadual. Por sua vez, Pedro que exerce mandato de Senador e também é advogado, ingressou com ação cível contra o Banco do Brasil, pessoa jurídica de direito privado. Por fim, Antônio, exerceu suas atividades de advogado como de costume, mesmo no período em que foi Chefe do Poder Executivo Local. Nesse contexto, considerando o estatuto da advocacia e da OAB, marque a alternativa correta:

- a) Antônio, durante o período do mandato eleitoral, poderá advogar, porém, terá impedimento de exercer a advocacia contra a Fazenda Pública Municipal e contra pessoas jurídicas de direito público, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações públicas, entidades paraestatais ou empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público.
- b) João é impedido de exercer a advocacia contra pessoas jurídicas de direito público, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações públicas, entidades paraestatais ou empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público. Porém, nada impede que exerça advocacia a favor destas pessoas jurídicas pois estaria agindo em conformidade com a defesa do interesse público, o que condiz com seu papel parlamentar.
- c) Pedro é impedido de exercer a advocacia contra ou a favor de pessoas jurídicas de direito público, mas não contra pessoas jurídicas de direito privado.
- d) Todos os atos privativos de advogados praticados por João, Pedro e Antônio são nulos.

QUESTÃO 12

Márcio, com advocacia militante regular junto ao Estado X e inscrito na respectiva seccional, ao consultar processo que estava aos seus cuidados, se surpreendeu ao se deparar com juntada de procuração com poderes outorgados por seu cliente ao colega advogado Dênis, inscrito na seccional do estado Y. Em decorrência de tais fatos, Márcio representou aos órgãos disciplinares competentes reclamando a instauração de processo administrativo disciplinar. Sobre o tema, é correto afirmar que:

- a) Dênis somente poderia ter aceitado procuração do cliente caso houvesse a prévia anuência de Márcio, salvo por motivo plenamente justificável ou para adoção de medidas judiciais urgentes e inadiáveis.

- b) Eventual processo disciplinar instaurado contra Dênis, tramitará em caráter sigiloso, só tendo acesso às suas informações as partes, seus defensores e a autoridade judiciária competente.
- c) O poder de punir disciplinarmente os inscritos na OAB compete exclusivamente ao Conselho Seccional onde o acusado tenha inscrição principal, salvo se a falta for cometida perante o Conselho Federal.
- d) A pretensão à punibilidade das infrações disciplinares prescreve em cinco anos, contados da data ocorrência do fato.

QUESTÃO 13

Sobre os limites éticos que envolvem a advocacia pro bono, e o exercício de cargos e funções na OAB e na representação da classe, é correto afirmar que:

- a) A advocacia pro bono poderá ser exercida em favor de instituições sociais sem fins econômicos, que visem fins político-partidários, e aos seus assistidos, sempre que os beneficiários não dispuserem de recursos para a contratação de profissional, não podendo implicar em captação de clientela.
- b) Não poderá o advogado, enquanto exercer cargos ou funções em órgãos da OAB ou representar a classe junto a quaisquer instituições, órgãos ou comissões, públicos ou privados, firmar contrato oneroso de prestação de serviços ou fornecimento de produtos com tais entidades nem adquirir bens imóveis ou móveis infungíveis de quaisquer órgãos da OAB, ou a estes aliená-los
- c) Nem mesmo em causa própria, poderá o advogado, enquanto exercer cargos ou funções em órgãos da OAB ou tiver assento, em qualquer condição, nos seus Conselhos, atuar em processos que tramitem perante a entidade nem oferecer pareceres destinados a instruí-los.
- d) Pessoas naturais que não dispuserem de recursos para, sem prejuízo do próprio sustento, contratar advogado particular, deverão ser recomendadas à Defensoria Pública, sob pena de incorrer em infração disciplinar de aviltamento de honorário, o advogado que não cobrar pelo serviço.

QUESTÃO 14

O advogado Jeff foi preso em flagrante suspeito de estuprar a diarista que prestava serviços em seu apartamento. Sobre o tratamento legal a respeito das prerrogativas legais do advogado e da apuração da conduta pela OAB, marque a resposta correta:

- a) Jeff terá direito de ser recolhido em sala de Estado Maior ou, em sua falta, em prisão domiciliar enquanto perdurar a prisão processual e o cumprimento de eventual pena privativa de liberdade.
- b) O Tribunal de Ética e Disciplina do Conselho onde o acusado tenha inscrição principal pode suspendê-lo preventivamente, em caso de repercussão prejudicial à dignidade da advocacia, depois de ouvi-lo em sessão especial para a qual deve ser notificado a comparecer, salvo se não atender à notificação.
- c) Jeff poderá ser expulso dos quadros da OAB pela prática de crime infamante, hipótese em que é necessária a manifestação favorável de dois terços dos membros do Conselho Seccional competente, restando vedada a sua reinscrição por ausência de idoneidade moral.
- d) Sem prejuízo da atuação de seu defensor, contará o advogado com a assistência de representante da OAB nos inquéritos policiais ou nas ações penais em que figurar como indiciado, acusado ou ofendido.

QUESTÃO 15

O advogado Carlos tem sua inscrição principal perante o Conselho Seccional do estado do Maranhão. No desempenho de sua função, quinzenalmente viaja ao Distrito Federal para despachar seus processos que tramitam em grau recursal perante o STJ e o STF, além de eventuais sustentações orais quando estas se fazem necessárias. Recentemente, decidiu constituir uma filial de sua sociedade na capital federal.

A respeito da inscrição do advogado, assinale a resposta correta:

- a) Carlos tem direito de exercer, com liberdade, a profissão em todo o território nacional, tendo a faculdade de requerer inscrição suplementar perante o Conselho Seccional em que atue com habitualidade, assim considerada a intervenção judicial que exceder de cinco causas por ano.
- b) No caso de mudança efetiva de domicílio profissional para outra unidade federativa, Carlos poderá requerer a transferência de sua inscrição para o Conselho Seccional correspondente.

SIMULADO - 8 PONTOS EM 8 HORAS - ÉTICA

- c) O Conselho Seccional do Distrito Federal deve suspender o pedido de inscrição suplementar, caso verifique a existência de vício ou ilegalidade na inscrição principal, contra ela representando ao Conselho Federal.
- d) O ato de constituição de filial deve ser averbado no registro da sociedade e arquivado no Conselho Seccional onde se instalar, sendo facultado aos sócios a inscrição suplementar.

RESOLUÇÃO AO VIVO

Aulão exclusivo para resolução deste simulado.
Inscreva-se no nosso canal e ative o sininho
para receber notificações.

 11/OUT

 19h

 YouTube



ESTUDARPARAOAB.COM.BR

RETA FINAL
RETA FINAL
RETA FINAL

GRATUITO

RETA FINAL
ÀS 19H

O A B X X X I I I
O A B X X X I I I
O A B X X X I I I

A O VIVO
YOUTUBE

O A B X X X I I I
O A B X X X I I I

O A B X X X I I I
O A B X X X I I I



CIVIL • TRIBUTÁRIO • PROC. PENAL • DIREITO PENAL • PROC. DO TRABALHO • ADMINISTRATIVO



ÉTICA • CIVIL • PENAL • DIREITO DO TRABALHO • CONSTITUCIONAL

AULÕES DE REVISÃO 21/SET A 16/OUT

INSCREVA-SE EM ESTUDARPARAOAB.COM.BR



MEGA REVISÃO



16/10
O DIA INTEIRO

**Prepare-se para a melhor
revisão de véspera da OAB!**



@estudarparaob

Nos siga no Instagram e fique por dentro de tudo

estudarparapab.com.br



estudarparaob.com.br